

EPIDEMIA MORTAL

Mosquito já matou 45 em MT; Chikungunya é doença mais letal

Gabriel Soares

O número de mortes causadas pela chikungunya disparou em Mato Grosso, tornando-se a doença mais letal no estado em 2025. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), o estado já contabiliza 35 mortes pela doença, um crescimento de 1.650% em pouco mais de dois meses, já que em 16 de janeiro haviam sido registradas apenas duas mortes.

Se somadas às mortes por dengue, o número de vítimas fatais do mosquito já chega a 45 em Mato Grosso. Dados do Ministério da Saúde apontam que a dengue já causou 10 mortes no estado. Esses números ainda podem crescer, já que há 14 mortes sob investigação por suspeita de chikungunya, além de sete óbitos que podem ter sido causados por dengue.

Cuiabá é a cidade com mais mortes registra-

das, contabilizando 17 óbitos. Outras cidades afetadas incluem Várzea Grande, Colíder, Jaciara, Dom Aquino, Chapada dos Guimarães, Rondonópolis, Pedra Preta e Cláudia.

A cidade de Colíder apresenta a maior taxa de incidência proporcional da doença, com dois óbitos já confirmados. Também figuram entre os municípios mais afetados Sinop, Santa Carmem, São José do Povo e Araputanga.

Mato Grosso lidera o cenário nacional, concentrando 77,7% das 45 mortes por chikungunya confirmadas no Brasil. O estado também é responsável por quase metade dos casos da doença no país, registrando 24.986 infecções do total de 50,7 mil ocorrências notificadas pelo Ministério da Saúde.

MAIS LETAL QUE DENGUE E COVID-19 – O número de mortes por chikungunya em Mato Grosso já ultrapassou as



Assessoria

causadas por dengue e até mesmo pela covid-19 neste ano. Embora seja menos lembrada do que a dengue, a chikungunya também é grave. A doença não só pode levar à morte, mas também provocar complicações crônicas, especialmente em idosos, diabéticos,

hipertensos e pessoas com comorbidades.

Estudos indicam que 50% dos pacientes acometidos evoluem para a forma subaguda da doença, que faz os sintomas persistirem por até três meses. Além disso, uma parcela significativa dos pacientes

pode desenvolver a forma crônica da doença, apresentando sintomas articulares persistentes por longo período, como dores intensas nas articulações e dificuldades motoras.

Além do risco de óbito, a chikungunya pode afetar a qualida-

de de vida dos pacientes por meses ou até anos. Médicos alertam que a recuperação total pode ser longa e que, em alguns casos, a doença deixa sequelas irreversíveis, tornando essencial o diagnóstico precoce e o acompanhamento médico.

CASO EMELLY

Juiz aceita denúncia e assassina de grávida vira ré por 8 crimes

Da redação

O juiz da 14ª Vara Criminal de Cuiabá, Francisco Ney Gaíva, aceitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) contra Nataly Helen Martins Pereira, acusada de matar a adolescente Emelly Beatriz Azevedo Sena, de 16 anos, e roubar o bebê que a vítima esperava. A decisão foi proferida na quinta-feira, 27 de março. Já o crime foi cometido no dia 12 de março, em uma residência no bairro Jardim Florianópolis, em Cuiabá.

Nataly responderá por feminicídio, tentativa de aborto, subtração de recém-nascido, parto suposto, ocultação de cadáver, fraude processual, falsificação de documento particular e uso de documento falso. Ao aceitar a denúncia, o juiz Francisco Ney Gaíva determinou a citação da ré e concedeu o prazo de dez dias para a apresentação da defesa.

De acordo com o MPMT, Nataly Helen realizou uma cesariana improvisada na adolescente ainda viva, sem qualquer anestesia, causando-lhe dor extrema e sofrimento intenso. O promotor de Justiça Rinaldo Segundo destacou que a ré tratou Emelly apenas como um meio de obter o bebê, ignorando sua vida e integridade.



Reprodução

"Nataly tratou Emelly como um mero objeto reprodutor, um 'recipiente' para o bebê que desejava, demonstrando total desprezo pela sua integridade corporal e autodeterminação", pontuou o promotor.

PRECONCEITO SOCIAL – Segundo a denúncia, Nataly Helen escolheu Emelly por acreditar que sua morte teria pouca repercussão devido à sua condição de mulher jovem, negra e pobre. Para o MPMT, essa escolha está relacionada a estereótipos racistas e ao preconceito social.

A denúncia ainda fala do desprezo que Nataly tinha por Emelly, escolhendo-a por preceitos racistas e discriminação com sua classe social.

"Nataly, também, escolheu a vítima pelo estereótipo de gênero atribuído à Emelly, uma mulher grávida jovem, negra e pobre. E, portanto, descartável, sujeita ao seu menosprezo. Para Nataly, Emelly era uma mulher que valia menos, cujo desaparecimento não teria repercussão social. Tanto é assim que Nataly justifica a decisão de matar Emelly, a partir de dificuldades da vítima, consigo mesma e em seu relacionamento conjugal", afirma um trecho da denúncia.

BEBÊ NASCEU SEM VIDA – Após o assassinato, Emelly foi enterrada no quintal da casa onde o crime ocorreu. O bebê nasceu sem si-

nais vitais devido à asfixia da mãe durante o crime, mas Nataly conseguiu reanimá-lo com massagem cardíaca. Em seguida, a ré levou o recém-nascido ao Hospital Santa Helena, em Cuiabá, alegando ser a mãe da criança. No entanto, a equipe médica suspeitou da história e, após exames, constatou que a mulher não havia passado por um parto.

Nataly, que já tem três filhos, havia realizado um procedimento de laqueadura anos antes, o que impossibilitava sua gravidez. A farsa foi desmascarada, e a mulher foi presa. O bebê, que a criminosa pretendia batizar como Denize, está sob os cuidados da família materna.

GUERRA AO MOSQUITO

Com 5 mil casos e 9 mortes, VG prorroga situação de emergência

Gabriel Soares

Com quase 5 mil casos de arboviroses e 9 mortes confirmadas, a Prefeitura de Várzea Grande prorrogou por mais 90 dias o decreto de situação de emergência na saúde pública. A medida foi publicada no Diário Oficial dos Municípios na quarta-feira, 26 de março, e tem como objetivo garantir ações emergenciais para o enfrentamento da crise sanitária.

Com a prorrogação, o município poderá continuar adotando medidas administrativas e assistenciais necessárias para conter a epidemia, incluindo a aquisição pública de insumos e materiais, doação de equipamentos e contratação de serviços essenciais. Além disso, a dispensa de licitação será permitida enquanto durar a emergência, mas com a obrigação de providenciar os processos regulares no período.

De acordo com o Painel de Monitoramento das Arboviroses, atualizado pelo Ministério da Saúde, Várzea Grande já registrou sete mortes por chikungunya e 2.818 casos da doença nos primeiros três meses do ano. Além disso, foram notificados 2.158 casos de dengue e duas mortes provocadas pela infecção no município.

A chikungunya tem se mostrado particularmente preocupante devido ao seu alto índice de letalidade e às complicações que pode causar nos pacientes, especialmente aqueles que pertencem a grupos de risco, como idosos e pessoas com comorbidades. Os sintomas mais comuns incluem febre alta, dores intensas nas articulações, manchas vermelhas na pele e dores musculares.

A dengue pode se manifestar de forma assintomática ou leve, mas a versão grave da doença preocupa as autoridades de saúde. Entre os sinais de alerta estão dor abdominal intensa, vômitos persistentes, sangramentos e sinais de hemorragia. Já a zika, apesar de geralmente apresentar sintomas mais leves, pode trazer complicações graves para gestantes, aumentando o risco de microcefalia e malformações fetais.

Diante do agravamento da situação, as autoridades de saúde reforçam a importância da participação da população no combate ao mosquito Aedes aegypti. A eliminação de criadouros, o uso de repelentes e a busca por atendimento médico ao surgirem os primeiros sintomas são essenciais para evitar complicações e novas mortes.

**EDUARDO BERBIGIER é advogado tributarista, especialista em Agronegócio, membro dos Comitês Jurídico e Tributário da Sociedade Rural Brasileira e CEO do Berbigier Sociedade de Advogados.*

alterações no comportamento, pensamentos e sensopercepção (falas sem nexo) desses pacientes com sintomas psicóticos.

Existem sim pessoas cruéis que não tem doença mental. Nem tudo é caso de psiquiatria.

As vezes é caso de cadeia mesmo, por isso ABP- Associação Brasileira de Psiquiatria foi contra a extinção dos manicômios judiciários dentro dos presídios que foi uma norma instituída pelo CNJ- Conselho Nacional de Justiça nº487/2023, liberando mais de 5.000 criminosos, psicopatas que cometeram esses tipos de crimes bárbaros.

***OLICÉLIA PONCIONI é médica psiquiatra-CRM 2845 RQE 2862 - Título de especialista pela Associação Brasileira de Psiquiatria e Associação Médica Brasileira, preceptora da Residência Médica de Psiquiatria (CIAPS ADAUTO BOTELHO/SES/MS) e preceptora do internato de medicina da UNIC. Responsável Técnica da Psiquiatria Hospitalar do HMC.**

fatores como o histórico clínico do paciente, as áreas de dor, a intensidade da rigidez articular e outros aspectos individuais que possam influenciar o tratamento.

A combinação da acupuntura com outras práticas terapêuticas. Além disso, a mudança de hábitos e a adoção de um estilo de vida saudável são fundamentais para potencializar os efeitos do tratamento. O controle do peso corporal, a alimentação equilibrada e a prática regular de atividades físicas adaptadas às necessidades de cada paciente podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida.

fatores como o histórico clínico do paciente, as áreas de dor, a intensidade da rigidez articular e outros aspectos individuais que possam influenciar o tratamento.

A combinação da acupuntura com outras práticas terapêuticas. Além disso, a mudança de hábitos e a adoção de um estilo de vida saudável são fundamentais para potencializar os efeitos do tratamento. O controle do peso corporal, a alimentação equilibrada e a prática regular de atividades físicas adaptadas às necessidades de cada paciente podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida.

Embora o uso de medicamentos analgésicos e anti-inflamatórios seja uma opção em alguns casos, a acupuntura tem o potencial de reduzir a dependência desses fármacos, oferecendo uma alternativa mais natural e sustentável para o controle da dor e da inflamação.

As sequelas da chikungunya, em especial as dores e rigidez articular, representam um desafio significativo para aqueles que lidam com os efeitos prolongados da doença. No entanto, com o tratamento adequado, incluindo a acupuntura e outras terapias complementares, é possível alcançar uma recuperação funcional e melhorar substancialmente a qualidade de vida dos pacientes.

A abordagem científica que envolve cuidados contínuos e mudanças no estilo de vida, é essencial para positividade e resolução do quadro.

***DRA. CRISTHIANE LEÃO é médica acupunturista e anestesiológica**

VOTAÇÃO UNÂNIME

É a primeira vez que um ex-presidente eleito é colocado no banco dos réus por crimes contra a ordem democrática estabelecida

STF torna Bolsonaro réu por golpe

Gilberto Leite

Felipe Pontes | ABR

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (26), em votação unânime, que o ex-presidente Jair Bolsonaro se torne réu pelos crimes de golpe de Estado e tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito.

É a primeira vez que um ex-presidente eleito é colocado no banco dos réus por crimes contra a ordem democrática estabelecida com a Constituição de 1988. Esses tipos de crime estão previstos nos Artigos 359-L (golpe de Estado) e 359-M (abolição do Estado Democrático de Direito) do Código Penal brasileiro.

“Não há então dúvidas de que a procuradoria apontou elementos mais do que suficientes, razoáveis, de materialidade e autoria para o recebimento da denúncia contra Jair Messias

Bolsonaro”, disse Moraes, relator do caso no Supremo, referindo-se à acusação apresentada no mês passado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O relator votou para que Bolsonaro também responda, na condição de réu no Supremo, aos crimes de organização criminosa armada, dano qualificado pelo emprego de violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Se somadas, todas as penas superam os 30 anos de cadeia.

Em seu voto, Dino buscou garantir que as defesas terão oportunidade de construir suas próprias narrativas, que serão levadas em consideração no momento adequado. “Justiça é diferente de justicamento”, disse ele.

“Temos que aferir a conduta, uma a uma, independentemente do julgamento moral que tenhamos sobre a pessoa”, assegurou.

Fux destacou que o voto do relator detalhou ponto a ponto as condutas e crimes imputados a Bolsonaro e outros sete aliados. O ministro ressaltou, contudo, que durante o processamento da ação penal deverá apresentar divergências em relação ao cálculo das penas. “Confesso que em determinadas situações me deparo com uma pena exacerbada”, afirmou.

ACUSAÇÃO - Conforme a acusação da PGR, Bolsonaro tinha conhecimento do plano intitulado Punhal Verde Amarelo, que continha o planejamento e a execução de ações para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do STF Alexandre de Moraes.

A procuradoria também garante que o ex-presidente sabia da minuta de decreto com o qual pretendia executar um golpe de Estado no país. O documento ficou conhecido durante a



Com decisão unânime, Bolsonaro é o primeiro ex-presidente a ser colocado no banco dos réus por tentativa de golpe

investigação como “minuta do golpe”.

No voto, Moraes frisou que o plano de Bolsonaro começou a ser posto em prática em julho de 2021, quando em uma transmissão ao vivo pela internet o ex-presidente “atacou as urnas

eletrônicas sem nenhum fundamento e sem apresentar nenhum elemento concreto”.

O objetivo seria insultar aliados e criar o clima para que Bolsonaro permanecesse no poder mesmo com derrota na tentativa de reeleição,

em 2022, conforme narra a denúncia, destacou Moraes.

A denúncia “aponta o aumento da intensidade da agressividade de forma progressiva, integrando a execução de seu plano” autoritário, destacou Moraes.

PRESIDÊNCIA DO TCE

Sérgio Ricardo já tem 4 votos para se reeleger

Gilberto Leite



Com quatro votos garantidos, Sérgio Ricardo já viabiliza a sua reeleição à presidência do TCE

Da redação

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Sérgio Ricardo, que pretende disputar a reeleição para presidência da Corte de Contas para o biênio 2026/2027, já contaria com o apoio de outros quatro conselheiros para permanecer no posto. Conforme apurado pela reportagem do Estadão Mato Grosso, os conselheiros Antonio Joaquim, Guilherme Maluf, Waldir Teis, Campos Neto teriam fechado acordo para a permanência dele no posto.

Apesar de dizer que ainda é cedo para discutir sobre reeleição e que o foco dos conselheiros neste momento seria os trabalhos nas comissões, Colégio de Contas e demais tarefas na Casa, o presidente estaria em estágio avançado nas negociações, e neste ce-

nário, seria difícil a composição de outra chapa, já que Sérgio Ricardo contaria com 4 votos, e além do seu.

“A eleição demora ainda, e o TCE tem um planejamento de trabalho e todos os conselheiros estão concentrados em seus trabalhos, então, todos nós estamos preocupados com essa missão anual de trabalho, mas se eu for, e se sugerirem o meu nome, se for do interesse dos demais, o meu nome está à disposição. Eu quero, é do meu interesse, pois estou prestando um serviço muito importante para o TCE, e se eu for convidado ou meu nome ser sugerido por outros conselheiros estou a disposição de continuar trabalhando”, comentou.

Sérgio lembra que não existe impedimento para que ele vá à reeleição porque o regimento interno da Corte pre-

vê reeleição. “O regimento foi alterado e prevê desde a gestão do conselheiro Guilherme Maluf, onde os conselheiros daquele momento decidiram e agora, será permitido uma reeleição”, explicou.

Valter Albano que ensaiou compor uma chapa para entrar na disputa deve recuar dos planos porque irá se aposentar em 2027, quando completará 75 anos.

CORPO DE GESTÃO

Conselheiro Sérgio Ricardo - presidente
Conselheiro Guilherme Antonio Maluf - vice-presidente
Conselheiro Antonio Joaquim - Conselheiro Ouvidor-Geral
Conselheiro José Carlos Novelli - Conselheiro Corregedor-Geral
Conselheiro Waldir Júlio Teis - Supervisor da Escola Superior de Contas
Conselheiro Domingos Neto
Conselheiro Valter Albano

TEMPORADA DE FOGO

Plano de ação para combate aos incêndios é lançado

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) comemorou os resultados do combate às queimadas em Mato Grosso no ano passado, mas criticou a insistência de criminosos ambientais que teimam em continuar botando fogo por todo o estado. Mendes também criticou a falta de rigor na lei para punir crimes como esses. A declaração foi feita na quinta-feira, 27 de março, durante o lançamento do plano de ação para combate aos incêndios deste ano, cujo período de estiagem se aproxima.

“O número de queimadas que nós tivemos no Pantanal foi muito menor do que a série histórica que temos nos últimos anos, [inclusive] menor que no Mato Grosso do Sul [...] se alguém sair colocando fogo em todo o estado, será difícil alcançar os

mesmos resultados”, pontuou.

Sobre o assunto, o governador destacou que, só no ano passado, mais de 20 pessoas foram presas por atear fogo de forma criminosa e, mesmo diante da gravidade da situação, foram liberadas logo em seguida.

Apesar da evolução apontada pelo governador, o estado de Mato Grosso ainda liderou o ranking dos estados por foco de incêndio no Pantanal em 2024, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Apenas nos primeiros seis meses, o número de focos de incêndio no Pantanal já era 8% superior ao de 2020, que foi, até então, o período recorde de queimadas em todo o bioma.

PLANO DE AÇÃO - Durante a reunião, o governador afirmou que o Estado vai investir mais

recursos para atuar no combate e prevenção de incêndios no período de estiagem deste ano, com um investimento previsto de mais de R\$ 125,2 milhões. O valor representa um aumento de 68% nos investimentos para combate aos crimes ambientais, em comparação com 2024, quando o Estado investiu R\$ 74,5 milhões.

O Plano de Operações da Temporada de Incêndios Florestais (Potif) para 2025 deve contar com oito aeronaves Air Tractors para atuar no combate ao fogo, sendo duas do Corpo de Bombeiros (CBM) e seis da Defesa Civil Estadual, além de um helicóptero do Centro Integrado de Operações Aéreas (Cio-paer).

O plano prevê ainda um aumento de 75% no número de viaturas do CBM em campo, com a locação de 80 novos veículos, e a mobilização de

1.088 militares, além de 150 brigadistas estaduais e 90 brigadistas municipais.

O governo também deve empregar 28 maquinários para constru-

ção de aceiros e abertura e manutenção das vias de acesso. O governo estima alcançar 1.767,2 km de estradas e aceiros nessas ações de prevenção nas unidades de

conservação e rodovias estaduais, e contará com 85 instrumentos de resposta temporária, como equipes de intervenção, fiscalização, perícia e resgate de fauna.

Mayke Toscano/Secom-MT



Mauro comemorou os resultados do combate às queimadas no ano passado, mas criticou a insistência de criminosos

SAFRA DE GRÃOS

Estado também é líder na produção da ‘dupla favorita’ dos brasileiros e deve colher de 407 mil toneladas de arroz e 341 mil toneladas de feijão

MT se destaca no arroz e feijão



Wenderson Araujo/Trilux

Há previsão de um aumento de mais de 20% na produção de arroz nesta temporada em Mato Grosso

Da redação

Mato Grosso é o maior produtor de grãos do Brasil, com predileção para a soja e milho, mas os agricultores mato-grossenses também produzem outros alimentos, que vão ‘direto’ para o prato do consumidor: o arroz e o feijão, a dupla inseparável dos pratos brasileiros. Serão mais de 407 mil toneladas de arroz e 341 mil toneladas de feijão produzidas nesta temporada, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em comparação à safra 2023/24, há previsão de um aumento de mais de 20% na produção de arroz nesta temporada, em uma área de 113,6 mil hectares, enquanto a produção de feijão deve aumentar em 2,8%. A área que será destinada para o feijão é de 201 mil hectares, dividida em três safras, sendo que a segunda safra tem maior representatividade no resultado final.

Ainda de acordo com a Conab, Mato Grosso é o terceiro maior produtor de feijão do Brasil, atrás apenas do Paraná, que produz 877 mil toneladas, e Minas Gerais, que deve produzir 522 mil toneladas. Ainda assim, a produção mato-grossense representa mais de 10% da safra brasileira de feijão, estimada em 3,3 milhões de toneladas. Para esta temporada, a previsão é de que a produção nacional deve aumentar apenas 1,5%.

Já em relação ao arroz, o maior produtor é o Rio Grande do Sul, que vai produzir cerca de 8,3 milhões de toneladas, respondendo por mais de 68% de toda produção nacional, estimada em 12 milhões de toneladas. No entanto, Mato Grosso ainda ocupa a quarta colocação no ranking nacional de produtores, atrás apenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina (1,2 milhão de toneladas) e Tocantins (779 mil toneladas).

Outro alimento que Mato Grosso também se destaca na produção é o gergelim, colocando-se como o maior produtor do Brasil, com uma produção estimada para essa safra em 219 mil toneladas, o que representa 66% da produção brasileira. Segundo a Conab, a safra brasileira de gergelim deve ser de 332,8 mil toneladas nesta temporada. A produção do gergelim é concentrada na região do Vale do Araguaia, especialmente em Canarana.

A Conab contabiliza números do gergelim apenas em quatro estados, sendo eles Mato Grosso, Pará, que é o segundo maior produtor (64 mil toneladas), Tocantins (48 mil toneladas) e Goiás (1,5 mil toneladas). Boa parte dessas culturas são de segunda ou terceira safra. Isto é, são plantadas após a colheita da primeira safra, geralmente a soja.

PRODUÇÃO INVIABILIZADA

Norma do Ibama traz riscos ao setor florestal

Da redação

Norma do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que vincula autorizações de manejo florestal sustentável à análise e regularidade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) inviabiliza produção e comércio legal de madeira nativa. Os impactos da Instrução Normativa (IN) no 19/2024, especificamente dos artigos 50-A e 72-A, pautaram reunião do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Grosso (Cipem) e do Instituto Pensar Agropecuária (IPA).

A preocupação do setor de base florestal é com a viabilidade da aplicação da IN 19/2024, visto que apenas 3,3% dos CAR no Brasil tive-

ram o processo concluído e validado, desde a implementação da lei n 12.651 que instituiu o Código Florestal, em 2012, segundo estudo realizado por pesquisadores da organização internacional Climate Policy Initiative (CPI), inclusive da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), divulgado em dezembro de 2024.

O presidente do Cipem, Ednei Blasius, destaca a incoerência da normativa com o propósito de conservação das matas nativas.

"Estamos diante de uma exigência totalmente desconectada da realidade do país. Se essa regra for mantida, os planos de manejo florestal sustentável, fundamentais para a conservação da floresta em pé, ficarão inviabi-

lizados. Isso coloca em risco não apenas o desenvolvimento econômico local, mas também a política ambiental do Brasil, que tem no manejo um dos seus principais aliados na redução do desmatamento ilegal", afirmou.

Empresários do setor florestal apontaram entraves na exportação de madeira, com cargas retidas nos portos marítimos devido à negativa de emissão de licenças por parte de agentes fiscais, sob o argumento da ausência do CAR validado.

Diante desse cenário, o Cipem reforçou junto ao IPA a urgência de mobilizar entidades representativas e autoridades estaduais e federais para rever a implementação dos artigos 50-A e 72-A da IN 19. As duas entidades en-

tendem que a exigência, além de tecnicamente inviável no curto prazo, compromete metas ambientais e produtivas do próprio governo, como a ampliação das áreas de manejo sustentável e a conservação da cobertura florestal nativa. Atualmente Mato Grosso mantém 5,1 milhão de hectares de matas conservadas, por meio de manejo sustentável, em propriedades particulares.

O IPA se comprometeu a levar o tema para discussão em instâncias estratégicas, buscando alternativas para mitigar os efeitos negativos da normativa e garantir a continuidade da produção florestal dentro da legalidade e sustentabilidade. A reunião virtual entre o Cipem e IPA ocorreu na última sexta-feira, 21.



Divulgação/Cipem

Empresários do setor florestal apontaram entraves na exportação de madeira, com cargas retidas nos portos

MENOR EM 11 ANOS

Desemprego sobe, mas é o menor do trimestre

Bruno de Freitas Moura | ABR

A taxa de desocupação no trimestre encerrado em fevereiro é de 6,8%. O resultado fica 0,7 ponto percentual acima do registrado no trimestre móvel anterior, terminado em novembro de 2024 (6,1%). No entanto, é a menor para um trimestre encerrado em fevereiro desde 2014, quando marcou 6,8%.

Os dados do mercado de trabalho fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta sexta-feira (28), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Adriana Beringuy, a elevação da desocupação em relação ao trimestre móvel anterior é um comportamento comum nesta época do ano.

"É um movimento esperado porque no período

de transição do encerramento de um ano para os primeiros meses do ano seguinte, há, de fato, esse movimento de queda na ocupação", garante.

O número de pessoas sem trabalho alcançou

7,5 milhões no período, elevação de 10,4% ante o trimestre móvel anterior. Entretanto, esse contingente está 12,5% menor que o anotado no mesmo trimestre de 2024.

SETORES - Dos dez grupamentos de atividade pesquisados pelo IBGE, três apresentaram recuo no número de ocupados, construção (-4,0%, ou menos 310 mil pessoas), adminis-

Gilberto Leite



Aumento da desocupação é um comportamento comum nesta época do ano, diz pesquisadora

tração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-2,5%, ou menos 468 mil pessoas) e serviços domésticos (-4,8%, ou menos 290 mil pessoas).

De acordo com Beringuy, a redução de vagas no grupo de administração pública também é sazonal e tem a ver com o fim de vínculo de trabalhadores temporários.

A pesquisadora afirma, ainda, que esse comportamento sazonal do mercado de trabalho faz com que não seja possível afirmar que há efeitos recessivos da escalada da taxa de juros, medida adotada pelo Banco Central (BC) para conter a inflação.

"Não atribuiria nesse momento efeito dessa variável juros e afetação do consumo de famílias no mercado de trabalho", diz.

No trimestre encerrado em janeiro de 2025, a taxa ficou em 6,5%, abaixo dos 6,8% do pe-

ríodo terminado em fevereiro. Mas o IBGE não faz a comparação entre os intervalos imediatamente seguidos, pois há meses que se repetem nos dois períodos (dezembro e janeiro), o que distorce a comparação.

OCUPADOS E CARTEIRA ASSINADA - No trimestre encerrado em fevereiro, a população ocupada no país era de 102,7 milhões de pessoas. O contingente é 1,2% menor que o do período terminado em novembro (1,2 milhão de pessoas a menos), mas 2,4% maior que o do mesmo período do ano passado (2,4 milhões de pessoas a mais).

A pesquisa do IBGE aponta ainda que o país alcançou recorde no número de trabalhadores com carteira assinada. Eram 39,6 milhões de contratos, o maior volume desde o início da série histórica, em 2012. Em um ano, foram 1,6 milhões de pessoas a mais (+4,1%) com a carteira assinada.